

CPI dos Precatórios recebe apoio do Ministério Público

Comissão também poderá investigar emissão de debêntures por estados que criaram empresas de desenvolvimento a fim de lançar irregularmente estes títulos, informa relator



O presidente da Finlândia, Martti Ahtisaari, foi recebido pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que deseja votar logo a legislação agrária. *Página 5*

Planejamento familiar pode ser ensinado na escola

O planejamento familiar como disciplina obrigatória no currículo escolar a partir da sétima série do primeiro grau e em todas as séries do ensino médio está sendo proposto em projeto de lei do senador Gilvam Borges. Ele adverte sobre os riscos enfrentados pelas mulheres que se submetem a abortos clandestinos. *Página 8*

Emenda da reeleição chega hoje ao Senado

Página 2

Aprovada residência para estudante de Odontologia

Os estudantes das 86 faculdades de Odontologia do Brasil deverão fazer "residência odontológica" antes de exercer a profissão, a exemplo do que já ocorre com os estudantes de Medicina. Os senadores aprovaram ontem projeto que institui esse treinamento de pós-graduação, que irá durar 1.800 horas.

O projeto ainda terá de ser submetido a nova votação na Câmara dos Deputados, pois os senadores rejeitaram artigo que previa a criação de uma Comissão Nacional de Residência Odontológica. O Brasil conta hoje com cerca de 125 mil cirurgiões-dentis-

tas e as faculdades formam por ano aproximadamente 7 mil. Existe no país um dentista para cada 1.241 habitantes. O projeto foi relatado favoravelmente por Valmir Campelo (PTB-DF).

Os senadores aprovaram também projeto de lei, que ainda vai à Câmara, redefinindo as jurisdições das Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho. O projeto que cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio São Francisco não foi votado ontem, pois será analisado primeiro pela Comissão de Infra-Estrutura.

Depois de encontrar-se com o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, o relator da CPI dos Precatórios, Roberto Requião (PMDB-PR), informou ontem que o Ministério Público terá representantes em todas as audiências da comissão, mantendo sua independência para adotar as iniciativas necessárias à denúncia judicial dos indiciados na negociação ilegal de títulos para pagamento de precatórios (ordem judicial para quitação de dívida).

Requião também informou que a CPI poderá investigar paralelamente a emissão de debêntures por estados que criaram empresas de desenvolvimento a fim de lançar irregularmente esses papéis no mercado e com isso fazer caixa.

"Técnicos experientes tiveram essa idéia para burlar a Constituição. Tudo indica que essas debêntures foram lançadas sem fiscalização do Banco Central, numa fraude clara dos mandamentos legais", disse o relator.

Ele explicou que a investigação do lançamento de debêntures não constituirá o cixo da CPI, mas esclareceu que, apesar de outros indícios de crime, "o assunto não deixará de ser investigado". Também informou que, assim como Brindeiro, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, prometeu-lhe, em conversa por telefone, todo o apoio necessário à punição dos responsáveis por evasão fiscal.



Requião

Vieira quer estender seguro-desemprego a pequeno produtor

De autoria do senador José Eduardo Vieira (PTB-PR), projeto que estende o seguro-desemprego ao pequeno produtor rural será discutido



Vieira

amanhã em plenário. Segundo a proposta, o benefício terá o valor de um salário mínimo e poderá ser concedido por um período máximo de quatro meses.

A proposição prevê que terá direito ao seguro-desemprego o produtor que exercer a atividade agrícola, individualmente ou sob regime de economia familiar, em módulo rural de sua propriedade ou de terceiros, que tenha sido atingido por calamidade pública. Para receber o benefício, ele não poderá ter vínculo empregatício ou possuir renda própria de qualquer natureza. José Eduardo Vieira explicou que, entre os objetivos que orientam o projeto, está a necessidade de manter o homem no campo.

Emenda que permite reeleição chega ao Senado

Proposta deverá ser lida ainda hoje em plenário. CCJ dará parecer sobre matéria

O presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, entrega, às 10h30 de hoje, ao presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, em seu gabinete, a proposta de emenda constitucional que permite reeleição para cargos executivos,

aprovada ontem em segundo turno pelos deputados federais.

A proposta será lida ainda hoje à tarde no plenário do Senado. Cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania emitir parecer sobre a matéria.

Plenário aprecia hoje quatro indicações de diplomatas

O plenário do Senado aprecia hoje, em sessão secreta e em turno único, a indicação dos nomes dos diplomatas João Carlos de Souza-Gomes e Edgard Telles Ribeiro para exercerem, respectivamente, os cargos de embaixador do Brasil na Costa Rica e na Nova Zelândia.

Serão apreciadas ainda as indicações de Arnaldo Carrilho, embaixador na Tailândia, para exercer o mesmo cargo junto à República do Laos, e Paulo Cardoso de Oliveira Pires do Rio, embaixador na Itália, para, cumulativamente, exercer a função junto à República da Albânia.

Suplicy requer e dívida paulista entra em pauta

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, determinou a inclusão na pauta de amanhã de ofício do Banco Central pedindo a votação da rolagem de títulos da prefeitura de São Paulo que vencem no dia 1º de março. A inclusão foi pedida em requerimento pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), José Serra (PSDB-SP) e Romeu Tuma (PFL-SP).

Suplicy argumentou que a Comissão de Assuntos Econômicos não tem se reunido porque ainda não foram eleitos os novos presidente e vice. Com isso, estava parada a tramitação do pedido de rolagem da dívida paulistana.

Suplicy afirmou ainda que pedia a votação do ofício pelo plenário porque recebera do senador Esmeraldo Amin (PPB-SC) garantia de total lisura da operação de venda de títulos.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h30 - Recebe o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Marco Aurélio Mello

10h30 - Recebe do presidente da Câmara, deputado Michel Temer, a proposta de emenda constitucional que permite reeleição para cargos executivos

14h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

18h30 - Recebe o ministro da Cultura, Francisco Weffort

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *4 PDLs renovando concessões de rádio em Salvador, Porto Alegre, Indaiatuba (SP) e Ourinhos (SP); *Substitutivo ao PLS nº 79/95, que dispõe sobre a distribuição dos recursos do salário-educação; e *Mensagens nºs 244, 249/96 e 47 e 51/97, submetendo à apreciação do Senado os nomes dos diplomatas Arnaldo Carrilho para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil na Tailândia, exercer a de embaixador do Brasil junto ao Laos; João Carlos de Souza-Gomes para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Costa Rica; Paulo Cardoso de Oliveira Pires do Rio, para exercer, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à República Italiana, a de embaixador do Brasil junto à Albânia; e Edgard Telles Ribeiro para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia.

COMISSÕES

10h30 - Comissão Especial da Reforma Político-Partidária

Pauta: Continuação da discussão e votação do relatório final da comissão.

Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.477-33/97, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares

Pauta: Instalação da comissão, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

17h - CPI dos Títulos Públicos

Pauta: Depoimentos do ex-secretário de Economia e Planejamento da prefeitura de Guarulhos, Jairo Cândido; do secretário de Negócios da Fazenda da prefeitura de Osasco, Roberto Sanchez; do secretário da Fazenda de Pernambuco, Eduardo Campos; e do ex-secretário municipal de Finanças da prefeitura de Campinas, Geraldo Biasoto Júnior. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quinta-feira (27.02.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Substitutivo do Senado ao PLC nº 102/92, que amplia, para o estrangeiro em situação ilegal no território nacional, o prazo para requerer registro provisório; *PLC nº 104/95, que determina que as câmaras municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos municípios; *PLC nº 44/96, que dispõe sobre a veiculação de mensagem voltada à educação para o trânsito; *PLS nº 73/96, que institui o Serviço Comunitário de Telecomunicações; e *PLS nº 142/96, que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural.

CPI dos Precatórios ouve hoje 4 secretários

Senador Vilson Kleinübing quer saber se eles contrataram empresas para fazer a montagem do pedido de emissão de títulos, de que forma foi feito esse negócio e se houve licitação pública

A CPI dos Precatórios reúne-se hoje, às 17h, para ouvir quatro depoimentos: dos secretários de Negócios da Fazenda da prefeitura de Osasco, Roberto Sanchez; e da Fazenda de Pernambuco, Eduardo Campos; e dos ex-secretários de Finanças da prefeitura de Campinas, Geraldo Biasoto Júnior; e de Economia e Planejamento da prefeitura de Guarulhos, Jairo Cândido.

O senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) antecipou o que irá perguntar aos depoentes. Inicialmente, vai querer saber se o art. 33 das Disposições Transitórias

da Constituição foi cumprido. Esse dispositivo estabelece que, "ressalvados os créditos de natureza alimentar, o valor dos precatórios judiciais pendentes de pagamento na data da promulgação da Constituição, incluindo o remanescente de juros e correção monetária, poderá ser pago em moeda corrente, com atualização, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de oito anos, a partir de 1º de julho de

1989, por decisão editada pelo Poder Executivo até cento e oitenta dias da promulgação da Constituição".

O parágrafo único desse artigo estabelece que as entidades devedoras poderão, para o cumprimento dessa norma, emitir, em cada ano, no exato montante do dispêndio, títulos de dívida pública não computáveis para efeito do limite global de endividamento. "Se não foi cumprido

esse artigo", disse o senador, "o processo é ilegal, tem que ser anulado, porque foi feito para burlar o controle do Senado e, principalmente, o controle do Banco Central".

Kleinübing vai perguntar também se os secretários contrataram empresas para fazer a montagem do pedido de emissão de títulos, de que forma foi feito esse contrato e se houve licitação pública. O senador quer saber ainda com que deságio os títulos foram vendidos, se esse deságio sofreu um acompanhamento e se enriqueceu pessoas.

Comissão reúne-se no Senado a partir das 17 horas

Senador sugere proteção a depoentes

O senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) anunciou a intenção de propor aos senadores que depõem favoravelmente aos doleiros que colaboraram com a investigação que está sendo feita pela CPI dos Precatórios.

—Eu, como senador, e outros senadores, podemos ir à Justiça pedir, depor em favor deles. Eles estão nos ajudando a desmontar uma quadrilha. Na realidade já tivemos o caso daquele Tomaso Buschetta, aquele mafioso que andou por aqui. Em São Paulo fizeram o diabo para ele confessar, ele não confessou. Nos Estados Unidos, ele confessou por uma única razão: o Estado deu proteção para ele. Mudou o nome dele, e ele desmanchou a máfia. A garantia de que ele não seria respon-



Vilson Kleinübing

sabilizado criminalmente resolveu e a máfia foi encerrada — disse.

IMPEACHMENT

Kleinübing considerou que a CPI dos Precatórios já chegou aos doleiros, mas não a quem praticou os atos de corrupção. "Nós precisamos, então, conversar com os doleiros através da Polícia Federal, e achar quem praticou esses atos. Depois que nós achar-

mos quem praticou, o assunto de precatórios está praticamente encerrado: transfere para as assembleias estaduais, elas montam o processo de *impeachment*, se for necessário, e nós vamos aqui cumprir com o dever de corrigir distorções que aconteceram no Banco Central e no próprio Senado.

Para Kleinübing, em Santa Catarina, há os três indícios de irregularidades que podem justificar um processo de *impeachment* de governador: falsidade ideológica (se houve documento falso na montagem do processo relativo ao pedido para emissão de títulos), transferência de recursos públicos para beneficiar terceiros, ou ainda para beneficiar as próprias pessoas envolvidas no processo.

Lei já prevê redução de pena a quem colabora

Para o relator da CPI, Roberto Requião (PMDB-PR), o Legislativo não precisará aprovar um projeto de lei, como chegou a ser cogitado, para estimular os doleiros envolvidos com as corretoras que negociavam precatórios a falarem tudo que sabem. O senador informou que já foi sancionado projeto de lei do deputado Robson Tuma, reduzindo em dois terços a pena do acusado que prontificar-se a colaborar com a Polícia Federal e com a Justiça.

Requião também disse que uma das principais lições a tirar dessa CPI é a constatação de que o Senado não pode mais autorizar emissões de títulos públicos em regime de urgência, como costumava acontecer. Ele entende que, se o Estado ou município perdeu o prazo para realizar essas emissões, deve arcar com o prejuízo, não pedir ao Senado que aprove seu pleito urgentemente. O relator também afirmou que o trabalho da CPI está sendo tão valioso que "seu fim será extraordinário".

Donos de corretoras serão convocados

A CPI dos Precatórios deve aprovar em sua reunião de hoje a convocação de Enrico Pescioto e a de seu pai e sócio, donos das corretoras Split, Olimpia e Ativação, principais responsáveis até agora pelo faturamento de R\$ 125 milhões que a corretora IBF registrou no ano passado. A informação foi dada pelo relator da comissão, senador Roberto Requião (PMDB-PR), depois de reunião interna

da CPI, encerrada às 19h30 de ontem.

Os senadores analisaram relatório preparado pela assessoria da CPI sobre os documentos apresentados pelo dono da corretora IBF, Ibrahim Borges Filho, que diz ter atuado como *laranja* na negociação de títulos públicos. Os parlamentares constataram que a Split era o principal agente de intermediação dos títulos para pagamento de precatórios (ordem judicial para

quitação de dívida) emitidos por Santa Catarina, Pernambuco e Alagoas. Ainda segundo o relator, a CPI vai também antecipar a convocação das empresas de consultoria SNJT e Perfil. Requião disse que a CPI pretende mobilizar senadores, funcionários da Casa e policiais federais por todo o país, a fim de interrogar quaisquer pessoas envolvidas com as irregularidades praticadas com títulos públicos.

Coutinho Jorge pede explicações sobre a Vale

Modelo de venda, cálculo do preço dos ativos operacionais e metodologia de avaliação de reservas devem ser esclarecidos pelo ministro do Planejamento, segundo requer o senador

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) apresentou ontem à Mesa diretora da Casa requerimento solicitando que o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, seja convocado para prestar esclarecimentos sobre o processo de privatização da Cia. Vale do Rio Doce.

"A presença do ministro Antônio Kandir no plenário do Senado, para debater o assunto relacionado à privatização da Vale, será importante para que os senadores possam tomar uma posição sobre a questão", disse Coutinho Jorge.

O modelo de venda, o cálculo do preço dos ativos operacionais da empresa e a metodologia de avaliação dos ativos referentes às reservas minerais em exploração e às já descobertas, mas não totalmente dimensionadas, são alguns dos pontos questionados por Coutinho Jorge. Ele dese-



Coutinho Jorge

ja, ainda, "explicações sobre o mecanismo de debêntures que o governo pretende emitir, a destinação dos recursos financeiros obtidos com a privatização da Vale e a permanência do fundo de desenvolvimento e apoio aos municípios após a venda da estatal".

- São essas as questões que desejamos ver respondidas. A privatização da Vale passa a ser um caso especial e requer um tratamento diferenciado das demais estatais já privatizadas ou a privatizar - disse.

Após salientar que a presença do ministro do Planejamento, no plenário do Senado, servirá para "dirimir as dúvidas e prestar informações capazes de subsidiar os debates entre os senadores", Coutinho Jorge disse que "o processo de privatização da Cia. Vale do Rio Doce tem sido, desde o seu início, objeto de polêmica tanto no âmbito da sociedade quanto no setor político. Isso decorre não só da magnitude e da área de atuação da empresa, mas principalmente da insuficiência de informações sobre o processo".

Na justificativa do seu requerimento, Coutinho Jorge argumentou ainda que, recentemente, "a polêmica aumentou devido à divulgação de um relatório de avaliação sobre as áreas minerais no Pará, pertencentes ao complexo mineral de Carajás, denominadas Corpo Alemão, Igarapé Bahia,

Salobo, Pojuca Leste, Águas Claras e Serra Leste".

Em aparte, o senador Ademar Andrade (PSB-PA) manifestou-se favorável ao requerimento e disse que "o país será extremamente prejudicado com a privatização da Vale e cabe aos senadores evitar que isso venha a ocorrer".

Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) classificou como da "maior felicidade" a iniciativa de Coutinho Jorge, e disse que "o mínimo que podemos fazer é convocar o ministro para dar as devidas explicações de como o governo pretende fazer a privatização da Cia. Vale do Rio Doce". Simon acrescentou que a convocação de Antônio Kandir "será uma oportunidade para que o ministro esclareça a polêmica que, segundo os jornais, estaria ocorrendo entre ele e o próprio presidente do BNDES".

Senado vai homenagear Simonsen

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento para que a Casa preste homenagem ao ex-ministro e professor Mário Henrique Simonsen, que morreu na semana passada. O requerimento foi apresentado pelo senador Waldeck Omelas (PFL-BA) e a data da sessão de homenagem ainda vai ser definida.

Voto de pesar pela morte de dirigente chinês

A requerimento do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), o plenário do Senado aprovou a inserção em ata de um voto de profundo pesar pela morte do presidente da China, Deng Xiaoping. O Ministério das Relações Exteriores informará ao governo chinês sobre a decisão.

Joel de Hollanda destaca papel de Chico Science e seu *mangue beat*

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) homenageou ontem o músico pernambucano Chico Science, morto em acidente automobilístico no último dia 2, para destacar que, com seu *mangue beat*, ele integrou "um movimento de resistência à pasmaceira cultural e à despersonalização da produção artística regional e nacional".

Ao denominar-se "um caranguejo com cérebro" e difundir a imagem de antenas parabólicas enterradas no mangue, Chico Science queria, segundo o senador, estimular os artistas, os jovens



Joel de Hollanda

e a comunidade de modo geral a "se manterem 'anteados' ao que acontece mundo afora, sem contudo perderem suas raízes".

Se não completou seu trabalho, pois previa outras experiências e a implantação de uma fundação cultural, a Antromangue, Science demonstrou que sua criação estava de

fato "anteadada" ao mundo. Para Joel de Hollanda, a carreira meteórica rendeu a Science prestígio e reconhecimento internacionais, antes mesmo que sua arte se popularizasse no Brasil. Com dois discos próprios - *Da Lama ao Caos* e *Afroci-berdélia* - e participação em duas coletâneas, Chico Science e a Nação Zumbi, a banda que o acompanhava, foram considerados pela revista *Spin*, especializada em música e comportamento pop, como "a banda mais avançada que já existiu", informou o senador.

Governo busca apoio a soluções para o campo

Em um dia de muitas visitas, o presidente do Senado recebe ministros, governadores, presidente da Finlândia e integrantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem, do ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, solicitação no sentido de que sejam apreciados o mais rápido possível, pela Casa, três projetos considerados pelo governo como fundamentais para acelerar o assentamento de trabalhadores sem-terra e solucionar os conflitos no campo.

Segundo informou o ministro à saída da audiência, Antonio Carlos prometeu dar toda atenção à tramitação das matérias. Uma das propostas, de autoria do senador Roberto Freire (PPS-PE), estabelece a possibilidade de ações revisórias dos acordos de indenização para fins de reforma agrária, com o objetivo de evitar o pagamento de indenizações incompatíveis com o real valor das terras.

O segundo projeto, de autoria do senador Flaviano Melo (PMDB-AC), pretende acabar com o recurso à divisão artificial dos imóveis visando fugir ao enquadramento como grande propriedade improdutiva. A outra proposição de interesse do governo dificulta a concessão de liminares para reintegração de posse. A partir de sua aprovação, o juiz teria que visitar a área invadida, antes de conceder a liminar.

O presidente do Senado recebeu também a visita dos ministros do Planejamento, Antônio Kandir, e da Aeronáutica, brigadeiro Lélío Viana Lobo. O brigadeiro destacou que as relações de sua pasta com o Legislativo "são muito



Antonio Carlos Magalhães recebe secretários estaduais e promete apoiar a luta em favor da educação

boas, e vamos trabalhar para que continuem assim".

FINLÂNDIA

No Salão Nobre, Antonio Carlos Magalhães recebeu o presidente da Finlândia, Martti Ahtisaari, e aproveitou a oportunidade para fazer o elogio do Plano Real, ao responder perguntas do visitante a respeito do programa de estabilização e modernização da economia nacional.

Antonio Carlos fez ao presidente finlandês um relato sobre as propostas de reformas já aprovadas, e as que ainda tramitam no Congresso - da Previdência, administrativa e tributária.

GOVERNADORES

Em seu gabinete, o presidente do Senado recebeu ontem as visitas dos governadores Eduar-

do Azeredo, de Minas Gerais, e Siqueira Campos, de Tocantins. Os dois governadores foram recebidos, em audiências separadas, no final da tarde. Ambos vieram apresentar cumprimentos ao novo presidente do Senado e do Congresso Nacional.

Eduardo Azeredo informou ter abordado com Antonio Carlos questões nacionais, como a emenda da reeleição, e a privatização da Vale, que também interessa de perto a Minas Gerais.

EDUCAÇÃO

O presidente do Senado aconselhou os integrantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação a reforçar sua presença no Congresso Nacional e ampliar o diálogo com as comissões técnicas da Câmara e do Senado.

Antonio Carlos assegurou aos secretários, que foram cumprimentá-lo por ter assumido os cargos de presidente do Senado e do Congresso, que tem especial preocupação com a melhoria das condições de trabalho e remuneração dos professores.

O presidente do conselho, Ramiro Wahtraftig, secretário de Educação do Paraná, agradeceu as sugestões recebidas e prometeu intensificar a atuação dos secretários nas comissões do Legislativo, assessorando os parlamentares nas questões ligadas ao ensino.

A ação conjunta de parlamentares e governos estaduais, segundo Antonio Carlos Magalhães, representará uma força efetiva na busca do diálogo com o governo federal em prol de melhorias para a educação.



O presidente do Senado recebe os ministros Raul Jungmann, Antônio Kandir e Lélío Lobo, e o governador Azeredo

Lobão propõe mudança no trabalho das comissões

Redução no número de órgãos técnicos é alternativa defendida pelo senador; segundo o qual torna-se imperioso propiciar aos parlamentares tempo e espaço para o exercício de atividades

O senador Edison Lobão (PFL-MA), que está deixando a presidência da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), disse ontem ser premente a necessidade de reformulações que dêem operacionalidade ao funcionamento das comissões permanentes do Senado. Na sua opinião, uma solução deve ser encontrada para que os membros da Casa tenham tempo e espaço para o estudo das questões submetidas ao Senado.

- Torna-se praticamente inviável envolver o senador em acumulações que dele exigem, física e intelectualmente, atribuições acima da sua capacidade de bem desenvolvê-las - disse Lobão, para quem "deve ser reduzido o número das comissões permanentes, ou reservar-se alguns dias da semana para o trabalho exclusivo dos



Edison Lobão

órgãos técnicos".

Lobão apresentou também um relatório das atividades da Comissão de Fiscalização e Controle durante sua gestão, destacando a ação fiscalizadora e de controle da CFC nos setores de telecomunicações, petróleo e gás, energia elétrica e transportes; o trabalho de acompanhamento das obras paralisadas com recursos da

União; a apreciação das emendas coletivas oferecidas ao Orçamento da República de 1996 e 1997; e, finalmente, a análise de diversas matérias e a participação na Supercomissão do Projeto Sivam.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que é preciso racionalizar as atividades da Casa, com o aumento dos dias de trabalho contínuo, o estabelecimento de pautas e redução do número de viagens. Já o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que os trabalhos no Senado devem andar mais depressa, sob pena de a Casa continuar a reboque dos fatos políticos. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), por sua vez, salientou a necessidade de votação do novo Regimento Interno da Casa e a reformulação de alguns procedimentos.



Francisco Escórcio

Escórcio apóia ACM no caso da Micarecandanga

O senador Francisco Escórcio (PFL-MA) lamentou ontem declarações atribuídas ao secretário de Turismo do Distrito Federal, contra solicitação do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao governador Cristovam Buarque, para que a Micarecandanga não mais seja realizada em frente ao Congresso Nacional.

- Brasília tem que ser um território neutro. Cuidado com o conflito das instituições - disse Escórcio, criticando o fornecimento de marmitas, pelo governo do DF, a manifestantes que se concentraram em frente ao Congresso. "Imagine se amanhã um outro governador oferece armas àqueles que venham protestar aqui?", indagou o senador.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou a Escórcio um entendimento havido, na semana passada, entre o governador Cristovam Buarque e o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, sobre a transferência das comemorações do Carnaval fora de época de Brasília para outro local.

Por sua vez, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou que "a ilação do senador Escórcio não estava de acordo com a sua postura no Senado e com a postura de Cristovam Buarque, um democrata e respeitador dos direitos humanos".



Abdias Nascimento

Abdias é o novo senador pelo Rio

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), na presidência da sessão, comunicou ontem ao plenário que o suplente Abdias Nascimento (PDT-RJ) estava assumindo o mandato de senador, na vaga deixada por Darcy Ribeiro, falecido no dia 17.

Emília Fernandes exalta obra de Darcy

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) exaltou ontem as qualidades do antropólogo e educador Darcy Ribeiro, "político atuante que sempre se identificou com as causas das minorias desfavorecidas".

- Como eu não estava presente no dia em que a Casa prestou homenagem a Darcy, resolvi homenageá-lo hoje, pois não poderia deixar de me lembrar de um dos mais importantes intelectuais, escritores e pensadores da história do país - disse.

Emília lembrou o Projeto Caboclo - idealizado pelo senador -, que tenta formular uma alternativa de desenvolvimento para a região Norte, preservando a floresta amazônica e salvando índios e caboclos da miséria absoluta.

Para a senadora, um dos momentos de maior satisfa-



Emília Fernandes

ção na convivência com Darcy foi durante a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, onde ela percebeu "a sua perseverança, a sua luta em defesa da educação e a sua busca incessante de novas formas de pensar a educação".

- Lembrar Darcy é lembrar sua luta por causas nobres. Até mesmo em seus momentos mais difíceis ele dava uma lição de vida, demonstrando sua enorme capacidade de dedicação - destacou Emília.

Palmeira espera Previdência mais justa

"Não é lícito, legal, ética ou juridicamente justificável que a União imponha uma regra única a estados e municípios e reserve a si o direito de adotar sistemas diferenciados"

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) pediu ontem que a reforma da Previdência mereça do Senado "a atenção, o cuidado e o indispensável empenho, à medida que está em jogo a vida e o bem-estar de milhões de brasileiros". Ele disse que o país precisa de um sistema previdenciário justo, equilibrado, ágil, eficiente e "invulnerável às fraudes e ao indiscriminado assalto de que tem sido vítima".

- Na realidade, não sei que sistema de seguridade social vamos discutir. Ou decidimos sobre um sistema único, que abranja todos os brasileiros, ou nos atemos a uma pequena parte desse abrangente universo que hoje se

circunscreve à atuação do INSS e do Ministério da Previdência. Concordo que o princípio justo é aquele segundo o qual as aposentadorias, pensões e demais benefícios devem corresponder às contribuições efetivas de cada segurado. Se esta deve ser a regra geral, não vejo por que excluir alguma categoria de trabalhadores e servidores públicos, sejam eles civis ou militares, federais, estaduais ou municipais - considerou.

Para Guilherme Palmeira, se for permitida a convivência de dois ou mais sistemas paralelos, a reforma deve abranger o que é de exclusiva competência da União. "O que não é li-



Guilherme Palmeira

cito, legal, ética ou juridicamente justificável é que a União imponha uma regra única a estados e municípios e reserve a si o direito de adotar sistemas autônomos e diferenciados no âmbito de sua própria esfera".

- Uma falta imperdoável no texto aprovado na Câmara diz respeito à participação dos empregados, trabalhadores e apo-

sentados na gestão do INSS. As contribuições previdenciárias são inquestionavelmente um tributo público, imposto a toda a sociedade e a todos os trabalhadores que contribuem para o sistema. É, portanto, um direito deles, sejam aposentados ou pensionistas, acompanhar a sua gestão, fiscalizar o seu emprego e participar da sua administração - afirmou o senador.

Em aparte, José Fogaça (PMDB-RS) apoiou o discurso e disse que a salvação da Previdência seria um sistema único, mas reconhece que as condições políticas para aprovar a medida são "escassas".

Ademir apela a Stephanes para que evite penhora de bens de entidade filantrópica

Em apelo dirigido ao ministro da Previdência e Assistência Social, Reinhold Stephanes, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) solicitou ontem a expedição de certificado de entidade de fins filantrópicos para a Fundação Esperança, de Santarém, no Pará. Segundo o senador, à falta do certificado,



Ademir Andrade

que deveria ter sido expedido por ocasião do registro no CNAS, a entidade está na iminência de ter seus bens tomados em ressarcimento a uma dívida instituída pelo INSS.

A instituição está registrada no Conselho Nacional de Assistência Social desde 1979, e foi reconhecida como de utilidade pú-

blica federal em 1981, disse o senador. Ademir informou que a Fundação Esperança é uma continuidade do Projeto Esperança, mantido pela sociedade dos padres franciscanos do rio Tapajós com a finalidade de combater a mortalidade infantil na região. Os bens e o trabalho filantrópico da Fundação Esperança estão ameaçados desde 1987, quando o INSS aplicou-lhe uma multa retroativa a cinco anos.

Comitê do TCU apóia Congresso

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Homero Santos, comunicou ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a criação de um Comitê Técnico de Auxílio ao Congresso Nacional, destinado a "aprimorar e dinamizar o atendimento às solicitações" dos senadores e deputados.

Conforme Homero Santos, o comitê irá implantar mecanismos que permitam a aproximação e integração dos técnicos do TCU e do Congresso. O comunicado do presidente do Tribunal foi lido na sessão de ontem.

Rocha defende hidrovía do Marajó

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) defendeu ontem a construção da hidrovía do Marajó, alegando que, a um custo de R\$ 20 milhões, ela encurtará em 200 quilômetros a distância entre Belém e Macapá. A utilização da hidrovía, interligando os rios Atua e Anajás, contribuirá para a redução do preço dos produtos consumidos no Amapá, em sua maioria originários do Pará.

A execução da obra já tem o compromisso do ministro

dos Transportes, Alcides Saldanha, e do governador do Pará, Almir Gabriel, que poderá inaugurar-la ainda em sua gestão. Segundo o senador, a hidrovía do Marajó terá 50% dos seus custos a cargo da União, já previstos no Orçamento para 1997.

Para Sebastião Rocha, a decisão do Supremo Tribunal Federal, favorável à extensão, a 11 servidores civis, dos 28,86% de reajuste concedidos



Sebastião Rocha

a servidores militares em 1993, foi "judiciosa e justa".

CHINA

Em seu discurso, o senador também homenageou o líder chinês Deng

Xiaoping, que morreu na semana passada. A seu ver, Xiaoping foi um dos principais responsáveis pelo despertar da China e pela criação de um "capitalismo à moda marxista".

Planejamento familiar na escola

Gilvam Borges considera necessário que homens e mulheres recebam desde cedo a orientação sobre os métodos contraceptivos disponíveis, as suas vantagens e riscos

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) apresentou ontem projeto que inclui o ensino do planejamento familiar como disciplina obrigatória no currículo escolar a partir da sétima série do primeiro grau e em todas as séries do ensino médio do país. A proposição estabelece que as instituições educacionais e de assistência social só terão imunidade fiscal se oferecerem regularmente cursos sobre o assunto.

Segundo Gilvam Borges, a lei que regulamenta o planejamento familiar no país oferece fartos recursos científicos para atender aos interessados na utilização de meios contraceptivos, mas é falha no que diz respeito à educação e informação sobre essas possibilidades. Ele advertiu sobre o risco que correm as mulheres que se submetem aos abortos clandestinos realizados anualmente no Brasil.

“É necessário que homens e mulheres recebam desde cedo na escola a orientação sobre os métodos contraceptivos disponíveis, as suas vantagens, desvantagens e riscos”, argumentou o senador, ao garantir que o projeto apresentado pretende conferir ao Estado o “poder-dever” de colocar à disposição do cidadão as informações que lhe permitam, livre e conscientemente, programar a constituição da sua família.



Gilvam Borges

dão as informações que lhe permitam, livre e conscientemente, programar a constituição da sua família.

O senador disse que a Campanha da Fraternidade deste ano, que aborda a situação dos encarcerados, faz lembrar que o crescimento da violência é, além da fome, do aumento da mortalidade infantil, do desemprego e das crianças abandonadas nas ruas, uma das “seqüelas sociais e econômicas” provocadas pelo aumento populacional desequilibrado.

De acordo com Gilvam Borges, os presos que superlotam as cadeias “são os rejeitados pela sociedade”, os que foram forçados à marginalidade por

falta de apoio. “É necessário trabalhar, discutir as causas da violência e não seus efeitos. Por isso, faço um apelo à CNBB para que no próximo ano a Campanha da Fraternidade tenha como tema o planejamento familiar”, pediu o senador.

Em aparte, o senador Edisson Lobão (PFL-MA) afirmou que “muitos problemas no Brasil têm como causa a falta de planejamento familiar”. Na opinião dele, os países desenvolvidos utilizam o planejamento familiar como “solução quase natural”.

Josaphat registra o centenário do acadêmico Epaminondas de Castro

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) registrou ontem a comemoração que está sendo realizada na Bahia pelo centenário de nascimento de Epaminondas Herbert de Castro, que foi professor, bacharel, secretário de governo, membro do Tribunal de Contas e integrante da Academia de Letras do estado.

Josaphat destacou a “inescusável competência jurídica” do professor

Epaminondas, lembrando seu brilhante trabalho sobre Teixeira de Freitas. O senador disse ainda que a Bahia também está comemorando os 60 anos de fundação do Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose, criado pelo professor José Silveira.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, presidindo a sessão deliberativa de ontem, associou-se às homenagens.



Josaphat Marinho

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO, RONALDO CUNHA LIMA E JEFFERSON PERES

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem da Brasília

Jornal do Senado

Órgão Oficial do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996) - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djaila Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Katume e Adão Nascimento

Revisão - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.